

TESE DO ENFRENTA AO 35º CONECEP – 01 e 02/08/2019

I. QUEM SOMOS:

A Frente Nacional de Resistência e Ação Sindical Bancária - **EnFrente** decidiu transformar-se em nova tendência dentro do movimento sindical bancário cutista em seminário nacional realizado em dezembro de 2018 no Rio de Janeiro.

Com presença em 17 Estados, o **EnFrente** reafirma os princípios de defender e praticar um sindicalismo de massa, classista, democrático, de luta pela base, autônomo e unitário, que tem na diversidade e no respeito às diferenças e ao contraditório sua maior virtude. E que busque a construção da unidade pelo diálogo, praticando o consenso progressivo.

Foi com essa prática e defendendo esses princípios que o Enfrente nasceu, em 2015, ao combater políticas de intolerância e de exclusão dentro do movimento sindical bancário. Depois de atuarmos por cerca de três anos no formato de frente ampla, apostamos no amadurecimento dessa organização, para um modelo onde possamos ter uma ação mais eficaz na conjuntura e no movimento sindical.

Enfrentamos a pior conjuntura desde o fim da ditadura militar, com um governo autoritário que ameaça a democracia e radicaliza a pauta neoliberal de ataques aos direitos dos trabalhadores e da maioria da população, de privatizações e de entrega das riquezas e da soberania nacional, e ao mesmo tempo impõe uma agenda fundamentalista religiosa que pretende destruir os marcos civilizatórios conquistados em dezenas de anos de luta do povo brasileiro.

Para confrontar esse avanço da extrema-direita, mais do que nunca o movimento sindical precisa ampliar os espaços de discussão e decisão e fortalecer a unidade, ao contrário de práticas utilizadas em direções importantes do sindicalismo bancário, com reuniões cada vez mais curtas, sem espaço para debate, em que as decisões já vêm tomadas por um punhado de iluminados. Para além de romper o centralismo e a burocracia e resgatar a democracia interna no movimento sindical, também são nossos propósitos trabalhar com uma estrutura horizontalizada e atuar em rede, procurando reunir indivíduos e movimentos sociais, de forma democrática, participativa e colaborativa, em torno de objetivos e temas comuns de interesse dos trabalhadores que vão além do mundo do trabalho.

Contamos em poder contribuir com os bancários e bancárias e demais trabalhadores e trabalhadoras para a construção de entidades verdadeiramente fortes, democráticas e representativas, em parceria permanente com os movimentos sociais sob uma perspectiva classista e de esquerda, fazendo com que a prática caminhe junto com o discurso.

Mas que também possamos ampliar nossos direitos e conquistas e, juntos, enfrentar todos os desafios que se apresentam para a categoria e toda classe trabalhadora, na busca incansável por uma sociedade justa e igualitária, uma sociedade verdadeiramente socialista.

Nossas cordiais saudações sindicais!

II. CONJUNTURA

"Quem é o inimigo? Quem é você?"

Renato Russo

O presidente eleito, no dia da posse, destaca em seu discurso: "Vamos libertar o povo do socialismo e do politicamente correto", revelando não só uma total ignorância sobre sistemas de governo (o socialismo nunca foi implantado no Brasil), como também atçou uma parcela da sociedade brasileira contra tudo que subverte e ameaça a "ordem e os bons costumes", ou seja, contra todos e todas que lutam por igualdade, direitos, respeito, liberdade, equidade ou pelo simples direito de ser e existir. Não é à toa que prendem o Lula e matam Marielle.

Para se iniciar uma análise de conjuntura minimamente honesta, não basta decifrar o inimigo, no caso o governo Bolsonaro; é preciso reconhecer as nossas fraquezas e potencialidades, a fim de promover resultados e transformações eficientes e duradouras. Unificar as esquerdas tem sido o grande apelo dos últimos tempos, diante da ascensão da extrema-direita e dos fantasmas da ditadura militar no Brasil.

Esse é, aliás, um desafio da esquerda em todo o mundo, diante do avanço da extrema-direita xenófoba e nacionalista a partir da eleição de Trump no Império do Norte, a quem o governo Bolsonaro é vergonhosamente submisso. O acirramento da disputa comercial, tecnológica e geopolítica de Tio Sam com a China ameaça a eclosão de conflitos regionais – e até mesmo global – enquanto o capitalismo neoliberal hegemônico pelo sistema financeiro vai impondo saltos tecnológicos (revolução industrial 4.0) que aumentam o desemprego e a precarização do trabalho mundo afora.

Na última reunião de cúpula do G20, ocorrida em Osaka no final de junho, a reunião dos BRICS, com a presença de Jair Bolsonaro, foi proforma. A reunião efetivamente importante foi a que aconteceu sem o representante brasileiro – na prática, agora é RICS. Rússia e China convergem suas pautas comerciais e pressionam a Índia na mesma direção, a do mundo multipolar, com mais espaço e melhores cargos para os países emergentes no FMI, com reforma da OMC, a fim de neutralizar os efeitos das sucessivas sanções comerciais praticadas pelos Estados Unidos e que na prática anulam os acordos firmados na OMC. Além disso, Rússia e China estão construindo acordos para transacionarem em rublo e yuan como forma de contornar as pressões do dólar americano sobre o comércio mundial. Esta articulação coloca no radar um aumento das tensões dos Estados Unidos com Rússia e China.

Ninguém solta a mão de ninguém! Em defesa da Previdência Social

Juntando no mesmo balaio militares de pijama da linha dura, ultraliberais insanos e fundamentalistas religiosos com uma pauta medieval, as contradições (para

não dizer, palhaçadas) desse (des) governo começam a gerar um desconforto de parte da burguesia, que o mantém mesmo diante da vergonha internacional, cada vez que ele ou parte da equipe abre a boca para falar de meio ambiente, direitos humanos e educação. Porém, na ânsia de intensificar o projeto neoliberal no Brasil, de entregar o patrimônio público ao capital internacional, da nossa renda nas mãos de banqueiros, essa mesma burguesia e sua mídia de plantão dão sustentação para fazer uma das mais cruéis reformas: a da Previdência.

O que essa reforma significa? Boa parte de nós já sabemos: dificultar o acesso dos mais pobres ao Sistema de Seguridade Social (sistema esse considerado um dos mais democráticos do mundo e conquistado na Constituição de 88); e entregar gratuitamente aos bancos a parcela de contribuições previdenciárias daqueles e daquelas que terão condições mínimas de manterem seus salários. Empurrando trabalhadores e trabalhadoras para previdência privada com baixíssimos percentuais de remuneração, e pouquíssima possibilidade de garantir aposentadorias dignas, aos poucos que atingirem a idade mínima para a aposentadoria. Entre outras maldades: desconsidera a dupla jornada das mulheres, passa por cima do trabalhador e trabalhadora rural e condena a população idosa ao flagelo, ao diminuir o BPC – Benefício de Prestação Continuada.

Reforma Patronal das Leis Trabalhistas

Temos acima o verdadeiro nome da Reforma Trabalhista que entrou em vigor em 11 de novembro de 2017. Sua essência traduz exatamente seus objetivos e resultados alcançados após um ano e meio de implementação. Tal reforma extremamente maléfica ao povo brasileiro atingiu seu principal objetivo de aumentar significativamente a lucratividade dos bancos e das grandes empresas, em detrimento dos trabalhadores e trabalhadoras e das pequenas e médias empresas, que por sinal são as maiores geradoras de empregos no país.

Em 2018 os bancos bateram recordes de lucratividade¹, com crescimento de 19% em relação ao ano anterior (de 62,7 para 74,6 bilhões, aumento de 11,8 bilhões). Já o lucro das grandes empresas de capital aberto (considerando Petrobras, Eletrobrás e Oi) cresceu 106,8%, (de 116,5 para 241,1 bilhões, aumento de 124,6 bilhões), ou seja, essas grandes empresas mais que dobraram a lucratividade de um ano para o outro.

Do outro da balança, ocorreu um aumento considerável da extrema pobreza no país². Somente em 2017 mais 2 milhões de pessoas passaram para baixo da linha de pobreza, com renda domiciliar por pessoa inferior a 406 reais por mês (de 52,8 para 54,8 milhões de pessoas, 1 em cada 4 brasileiros). O aumento da pobreza reflete o aumento do desemprego no período³, que chegou a 12,7% em abril de 2019 (13,4 milhões de desempregados). Além disso, ocorreu um aumento considerável de trabalhadores e trabalhadoras informais (11,1 milhões) e um número recorde de pessoas desalentadas (4,8 milhões de pessoas).

Aos trabalhadores e trabalhadoras que conseguiram se manter no emprego as perdas também são consideráveis com a redução significativa do poder aquisitivo⁴ (média de reajustes salariais de 2,9% contra 4% de inflação em 2018), ao mesmo tempo em que a “Reforma patronal” garantiu proteção extra aos maus patrões frente a justiça do trabalho, com a redução em 34% das ações judiciais ajuizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras⁵. Como era de se esperar, a fragilização dos sindicatos também foi efetivada com ataques às receitas, às prerrogativas para atuação em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras e aumento da perseguição jurídica, midiática, e até institucional a todas as organizações sociais que atuam em defesa do povo brasileiro.

A tão divulgada “crise” foi intensificada com a redução da arrecadação tributária e previdenciária⁶, para atualmente fortalecer a tentativa em curso de destruir a Previdência pública, retirando direitos e renda dos trabalhadores e trabalhadoras para ampliar ainda mais a margem de lucro dos Bancos e das grandes empresas.

No horizonte, os banqueiros e a extrema direita política brasileira certamente já projetam novas “reformas” pseudo-salvadoras da pátria para alimentarem sua fome insaciável e infinita pelo lucro e concentração de renda.

Desemprego: o bom e velho Marx continua atual...

Parafraseando a canção de Dona Ivone Lara: o negro, o pobre, a mulher negra, os jovens da periferia... sem emprego, fica sem sossego. Todos e todas ficam acuados, sem ter o que comer, como vestir, como pagar o aluguel, a prestação, a educação das crianças etc. O avanço da tecnologia, assim como a falta de escolarização do indivíduo, tem servido historicamente de “desculpas” para eliminação de postos de trabalho e expulsão de um “exército de reserva” – desempregados – acuando uma classe que se submete a qualquer condições e salários para não sucumbirem de vez.

Quando não é isso, outra parcela de homens e mulheres se aliam ao submundo do tráfico, das drogas e da prostituição. Esse “exército de excluídos” é extremamente funcional para a extrema direita impor o medo, a repressão e a perseguição de lideranças dos movimentos sociais. A exemplo do que aconteceu em São Paulo, com a prisão de lideranças do MTSC, tentam incriminar justamente aqueles e aquelas que atuam ao lado dos mais miseráveis, como os sem tetos e sem terras, população indígena e carcerária.

A classe trabalhadora tem... sexo, raça, orientação sexual, idade, sonhos, crenças...

Fala-se muito em crise institucional, da falência de estruturas tanto governamentais como partidárias ou associativas, como os sindicatos. Por outro lado, aumenta o número de igrejas e religiões fundamentalistas, propondo saídas individuais e soluções específicas de problemas que vão desde o desemprego, uma doença

incurável, do vício, até uma desilusão amorosa. E onde estão os sindicatos? Ou melhor, onde estamos nós sindicalistas e militantes da esquerda?

Continuamos achando que a classe trabalhadora, que devemos representar é de trabalhadores com carteira assinada, não terceirizados, e dentro da nossa convenção coletiva. Os movimentos sociais, em especial o feminismo negro, surge para nos mostrar isso: que continuamos olhando com as lentes do privilégio, por isso não conseguimos enxergar e dialogar com a grande massa da população. Por outro lado, os novos movimentos sociais têm mobilizado um contingente enorme de jovens na periferia, nas redes sociais por meio de manifestações culturais como o SLAM, os blogues, na música e nas artes de modo geral.

No afã de enterrar toda e qualquer possibilidade de retorno de um programa democrático popular ao poder, o judiciário extrapola todos os limites de um Estado minimamente republicano. A prisão arbitrária do Presidente Lula é a prova mais cabal disso, trata-se de um preso político internacional, não apenas da elite local. Os desdobramentos da Vaza Jato revelam o elitismo e subserviência ao grande capital do judiciário escancarados.

O lawfare como prática sistemática, como assistimos aqui na América Latina também tem relação com a prisão do Lula. São movimentos sistemáticos e orquestrados para a reafirmação da hegemonia imperialista, que expõem o forte viés antidemocrático do sistema capitalista. Das revoluções coloridas às revoluções populares híbridas, assistimos governos eleitos democraticamente sendo desestabilizados e mesmo derrubados por movimentos que se reivindicam espontâneos, mas que contam com altíssimo nível de organização, indo de apoio dos meios de comunicação corporativos, apoio do judiciário em nível do lawfare, até a boicotes contra a economia local. O sucesso de tais movimentos coloca o mundo em alerta para a ascensão de um populismo de direita. A direita se apresenta mundialmente como um projeto de poder e avança.

Um outro sindicalismo é possível

Diante dessa conjuntura, nos perguntamos: o que fazer? Como alterar a correlação de força num ambiente onde a luta de classes só vem ganhando complexidade? Como adaptar nossas organizações e movimentos à nova realidade, sem perder princípios como: coletividade, solidariedade, democracia e igualdade?

Uma coisa é certa: não é fazendo o jogo "deles", e sim o nosso. Não é nos iludindo com as promessas de um "capitalismo inclusivo" - são antônimos! Não é fazendo das nossas entidades mais um ponto de venda das plataformas e das startups da vida, sem nenhuma contrapartida para a classe trabalhadora.

Como vivenciamos recentemente, em que pese todo esforço e empenhos das centrais sindicais, no chamado da Greve Geral contra a Reforma da Previdência, a adesão ficou a desejar. Não conseguimos mobilizar a contento um dos setores estratégicos, como o transporte público, para travar de vez as atividades econômicas e

surtir o efeito esperado. Diferentemente do exemplo da greve geral na Argentina, onde até voos foram cancelados em função da greve geral de los hermanos e hermanas. Nesse sentido, mais do que nunca, vale reafirmar a internacionalização da luta e da solidariedade, principalmente com os movimentos de aproximação de Bolsonaro com Macri para derrotar Cristina Kirchner nas próximas eleições.

Temos o imenso desafio de reinventar o movimento sindical para que ele busque a representação da cada vez mais vasta parcela de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas e precarizadas e simultaneamente faça o enfrentamento com o avanço do ideário neoliberal, que celeremente ganha corações e mentes dentro da classe trabalhadora. Temos que fazer valer a nossa vocação inicial, com criatividade e parceria com os movimentos sociais de esquerda, por uma cultura do bem-viver!!!

Referência

1 <http://www.investmentosenoticias.com.br/bolsa-de-valores/lucro-das-empresas-de-capital-aberto-cresce-em-2018>

2

https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2018/12/05/internas_economia,1010671/em-2017-quase-55-milhoes-de-brasileiros-estavam-abaixo-da-linha-de-po.shtml

3 <http://www.justificando.com/2019/03/25/geracao-de-empregos-e-reforma-trabalhista-uma-conta-que-ainda-nao-fecha/>

4 <https://www.esmaelmorais.com.br/2018/12/trabalhadores-acumulam-perdas-salariais-em-2018/>

5 <https://veja.abril.com.br/economia/apos-reforma-trabalhista-acoes-trabalhistas-caem-34-em-2018/>

6. https://www.jorgesoutomaior.com/blog/a-reforma-trabalhista-gerou-os-efeitos-pretendidos#_edn8

III. DEFESA DA CAIXA 100% PÚBLICA

Se a Caixa já estava na alça de mira durante o governo Temer (PMDB-PSDB), agora no governo Bolsonaro (PSL) a situação é ainda mais crítica. Com o *Chicago Oldie* Paulo Guedes como ministro da Economia, o empresário dono da Localiza Salim Mattar como secretário de Desestatização e o sócio-diretor do Banco Plural (e genro de Leo Pinheiro, delator do ex-presidente Lula na já desmascarada operação Lava Jato) Pedro Guimarães como presidente da Caixa, o banco nunca esteve tão ameaçado.

Jogo de aparências

A ordem é privatizar a Caixa, mas de forma escamoteada. Privatizar pega mal com o povo brasileiro, calejado dos anos de Collor e FHC, portanto, não usam este termo. Falam no âmbito do Ministério da Economia em desestatização, como se isso pudesse ser qualquer outra coisa que não privatização e, mais importante, o que Pedro Guimarães tenta operar é a estratégia de diluição de capital – privatizar aos poucos.

A preparação para os IPO das subsidiárias de seguros, cartões e asset, além do projeto de privatizar as loterias, mostram claramente de que forma estão enfraquecendo a Caixa. A venda de ações das subsidiárias que, vale ressaltar, acaba de ser liberada de autorização legislativa pelo STF, por si só já contraria aos melhores interesses do banco, visto que logo à frente a capitalização reduzirá a rentabilidade que essas subsidiárias hoje dão à Caixa.

Mais grave ainda é a intenção já anunciada de fazer IPO em dupla listagem – no Brasil pela B3 e nos EUA pela *New York Stock Exchange* (NYSE). Trata-se de um projeto que vai muito além de abrir mão das subsidiárias, de comprometer a rentabilidade da Caixa e, como consequência, ver a Caixa perder capacidade de crédito e relevância social, além de diminuir o repasse de lucros e dividendos à União – é muito mais do que isso!

O que Paulo Guedes e Pedro Guimarães pretendem é submeter um banco público federal, até aqui 100% público, à legislação norte-americana.

Para negociar títulos no mercado americano, o investidor precisa se submeter à *The Exchange Act*, o que implica a imposição de fornecer ao mercado informações a respeito de suas operações, administração, controladores e resultados financeiros periodicamente. Também existem algumas regulamentações estaduais sobre o mercado de capitais dos EUA (*blue sky laws*), que também devem ser seguidas pelos emissores de títulos.

Portanto há um risco de *compliance* ao qual a Caixa ficará exposta, e há aqui também mais um golpe contra a soberania do nosso país. A Caixa deixará de ser um instrumento financeiro 100% público que pode ser a qualquer momento acionado pelo Estado para implementar políticas anticíclicas, visto que tais intervenções jamais estarão de acordo com os interesses de acionistas estrangeiros.

Além disso, os valores levantados com a venda de ações não serão revertidos para a Caixa, irão para o cofre do governo Bolsonaro, a título de quitação de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD). Paulo Guedes determinou que Pedro Guimarães faça a Caixa devolver nada menos do que R\$40 bilhões à União, apenas para fazer caixa para a sua desastrosa gestão econômica.

Quem acompanha as entrevistas e discursos do presidente Pedro Guimarães, cuidadosamente recheados de referências ao fortalecimento da Caixa e de expansão do papel social do banco, pode facilmente se deixar enganar. Mas quem conhece a Caixa, da garagem à presidência, e observa as práticas de sua gestão, sabe que o discurso é só jogo de marketing. Pedro Guimarães veio com uma encomenda clara do seu “chefe” Paulo Guedes, e vai fazer de tudo para entregá-la. Nosso papel é impedi-lo por meio da organização dos empregados e empregadas da Caixa articulados com a sociedade, com as entidades representativas, movimentos sociais e com a base política de oposição ao governo.

Paulo Guedes e o conto-da-carochinha: a Caixa deve ao Tesouro?

Não, a Caixa não tem uma dívida com o Tesouro Nacional e nenhuma obrigação de devolver os R\$40 bilhões recebidos na forma de IHCD para sua capitalização.

Os IHCD foram aportados nos bancos públicos pelo Tesouro Nacional ao longo dos últimos anos para fortalecimento e expansão do crédito dessas instituições, especialmente na adequação do patrimônio de referência dos bancos às exigências do acordo internacional de Basileia III. Um IHCD é dito híbrido porque tem ao mesmo tempo característica de participação acionária e dívida. Além disso, um IHCD não tem data de vencimento – tem cláusula de perpetuidade, justamente para poder compor o patrimônio de referência da empresa que o recebe. Ou seja, o momento da devolução dos valores aportados fica a critério de quem recebeu o recurso.

A incoerência no discurso

Se considerarmos que a agenda econômica do governo Bolsonaro é continuação e aprofundamento da agenda econômica do governo Temer, o que é fato, vemos com mais clareza o movimento que pretende embretar a Caixa para a privatização.

Primeiro, para tentar vender a necessidade de retirar nossos direitos, diziam que o custo do Saúde Caixa impedia capitalizar o banco para adequação do seu patrimônio de referência às exigências do acordo internacional de Basileia III. Agora, a Caixa pode ser descapitalizada em R\$40 bilhões? Lamentavelmente, em 2017 alguns compraram gato por lebre no momento da alteração estatutária que impôs o teto de 6,5% da folha de pagamento e proventos para custeio do Saúde Caixa.

O ranço do entreguismo neoliberal

O que a equipe econômica do governo vem promovendo em relação às estatais com a ajuda das respectivas direções não tem lugar nos países desenvolvidos. É um neoliberalismo vira-latas, atrasado e entreguista, na direção oposta do desenvolvimento econômico e da justiça social.

Enquanto aqui a ordem é vender tudo, reduzir o quadro de empregados e empregadas PDE após PDE e superexplorar aqueles e aquelas que restam, insuficientes para a demanda de trabalho e a cada dia mais expostos ao adoecimento físico e ao sofrimento mental, o que se vê desde 2000 em países como Alemanha, França, Estados Unidos, Reino Unido e Espanha, é uma nova tendência que só cresce – reestatizar serviços que haviam sido privatizados e criar novas empresas públicas – inclusive bancos.

Segundo estudo¹ da Transnational Institute – TNI – um centro de estudos holandês especializado nas temáticas democracia e sustentabilidade. Só entre 2000 e 2017, foram 884 empresas reestatizadas no mundo, 348 só na Alemanha. Das 884 reestatizações, 734 aconteceram entre 2009 e 2017, ano de corte do estudo.

O congresso norte-americano trabalha para criar o *U.S. International Development Finance Corporation* (USIDFC), um banco público para fomentar empresas norte-americanas que atuam fora, nos países emergentes, com empréstimos, garantias, capital semente para fundos de investimento, participações em empresas, além de serviços de consultoria e estudos de viabilidade para projetos.

Na Alemanha, a *Nationale Industriestrategie 2030* (Estratégia Nacional para a Indústria 2030) contará com um fundo público com o objetivo de manter a Alemanha entre os líderes tecnológicos mundiais. Para isso, a Alemanha não quer que as suas principais empresas passem para mãos estrangeiras – especialmente para China e EUA. O que se pretende por lá é que o governo possa usar os recursos desse fundo para comprar participações de empresas privadas, para que o Estado assuma o controle das mesmas, desde que em “circunstâncias excepcionais” e por um determinado período de tempo.

Os assecas do regime bolsonarista não cansam de passar vergonha

Não basta ser indicado à presidência da Caixa como pagamento pela delação do sogro. Não basta contratar o *personal trainer* como assessor da presidência do banco. Não basta dar chilikues e causar constrangimentos toda vez que encontra em seus eventos alguém vestindo roupa vermelha. Não basta decretar, como um pequeno tirano, o descomissionamento de seis colegas de uma Superintendência quando soube que havia uma placa de obra com o nome do presidente anterior. Pedro Guimarães se supera negativamente a cada dia!

Passando recibo de incompetência, o presidente da Caixa contratou uma vice-presidente *fake* para a Caixa de Recursos de Terceiros, sem as certificações obrigatórias da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nem de Gestores pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e Comissão de Valores Mobiliários (ANBIMA). Como consequência, a Caixa está sofrendo na CVM processo de descadastramento como gestora de ativos de terceiros, o que levará o banco a deixar de gerir uma carteira de R\$ 600 bilhões.

Mobilização total

Defender a Caixa 100% pública é defender um Brasil com menos desigualdade social e mais desenvolvimento econômico. E esta tarefa não se limita à categoria bancária, é de toda a sociedade brasileira.

O 35º CONECEP deve deliberar pelo engajamento de todas as entidades representativas dos empregados e empregadas da Caixa na sua defesa como banco 100% público, fortalecendo a articulação em torno da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos e do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas.

Ainda ratificar as iniciativas deliberadas na Oficina Organizativa entre Comando Nacional dos Bancários e Comissões de Empresa do Banco do Brasil e Caixa, realizada

em maio pela Contraf, dentre as quais destacamos: alinhar o discurso nas publicações (impresas e de internet), destacar as características da atuação dos bancos públicos nas regiões como agente do desenvolvimento local, realizar audiências públicas nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais e incentivar o envolvimento dos trabalhadores e trabalhadoras nas Audiências Públicas. Por fim, estabelecer agendas de atividades que cumpram tais iniciativas, definindo estratégias locais e nacionais.

1. Reclaiming Public Services: How cities and citizens are turning back privatisation. Disponível em < https://www.tni.org/files/publication-downloads/reclaiming_public_services.pdf>

IV. SAÚDE CAIXA

Superávit ou Déficit? Ambos!

O Saúde Caixa apresenta um superávit acumulado entre os anos de 2004 e 2015 de aproximadamente R\$670 milhões em valor nominal. Atualizado pela variação da taxa Selic, conforme prevê o ACT, esse superávit – dinheiro exclusivamente das empregadas e dos empregados, não da Caixa – é de aproximadamente R\$1 bilhão.

A partir de 2016, de acordo com relatórios financeiros fornecidos pela Caixa, o plano apresenta déficits, pouco expressivos e conjunturais, o que é perfeitamente normal, pois os itens de custeio permanecem inalterados desde 2008. A aplicação de pequenos reajustes teria sido suficiente para restabelecer o equilíbrio das contas.

De acordo com os números que a Caixa apresentou na reunião do Conselho de Usuários no mês de junho último, em estudo atuarial realizado pela empresa Vesting, temos déficits: R\$ 61 milhões em 2016, R\$73 milhões em 2017, R\$129 milhões em 2018, R\$177 milhões em 2019 (projetado) e R\$231 milhões em 2020 (projetado).

Para se ter ideia do que significam esses números, considerando o valor projetado para 2019 dividido por 130 mil titulares, atualmente existentes, chega-se a um valor de acréscimo de R\$ 115,00, por grupo familiar, lembrando que esse valor é médio, pois como a mensalidade do Saúde Caixa é um percentual da remuneração base, o valor será menor que essa média para os menores salários e maior para os maiores salários, mas sempre proporcional, de modo a não representar grande impacto no orçamento de cada um.

O fundamental é que o movimento sindical e associativo exija da Caixa o detalhamento dos números, para auditoria dos mesmos, construa uma saída para reequilíbrio do plano o mais rápido possível e exija mais rigor e seriedade da Caixa na adequação dos valores de custeio do plano para cada exercício, de forma a evitar novos déficits futuros.

Quanto ao acumulado, o ACT prevê que deve ser negociada a utilização dos valores para melhorias no plano, o que a Caixa se recusa a fazer sistematicamente.

Mas é preciso entender que temos duas situações distintas, que exigem políticas diferentes para seu enfrentamento. Pois, na mesma projeção atuarial apresentada pela Caixa, a partir de 2021 se projetam déficits monstruosos e, agora, estruturais. As projeções saltam em 2021 para R\$1.1 bilhão e em 2023 chegam a R\$1.8 bilhão.

Por quê?

Porque o resultado da negociação do ano passado, que teve como consequência o ACT 2018 – 2020, não foi a vendida “vitória pela manutenção do Saúde Caixa”. Foi, isso sim, o aceite de um prazo de validade para o plano. Armou-se nas cláusulas 32 e 33 do ACT uma bomba relógio que explodirá em 2021, com a aplicação da Resolução CGPAR 23 e do teto estatutário de 6,5%.

Teto estatutário e CGPAR 23

É preciso ter clareza de que temos dois problemas distintos em relação à manutenção do Saúde Caixa no atual formato. Um é a Resolução CGPAR 23, outro é o teto estatutário do custeio. Embora a CGPAR 23 também traga a obrigatoriedade de teto do custeio, há de se ter claro que são lutas que exigem estratégias distintas para a superação do retrocesso.

A Resolução CGPAR 23 atinge os planos de saúde de autogestão de todas as empresas públicas federais. Portanto, as empregadas e os empregados da Caixa precisam organizar a mobilização junto às funcionárias e aos funcionários do Banco do Brasil, da Petrobras e dos Correios, entre outras categorias, em torno da luta pela aprovação do PDC 956/2018, de autoria da deputada federal Erika Kokay (PT/DF).

O PDC 956/2018, que já tramita na CCJC, última comissão da Câmara dos Deputados, e já conta com parecer favorável do relator, se aprovado irá sustar a Resolução CGPAR 23.

No entanto, mesmo no cenário em que se derrote a CGPAR 23, o Saúde Caixa não se sustenta no atual formato de custeio se o teto estatutário de 6,5% da folha de pagamento e proventos for aplicado.

A alteração estatutária foi aprovada em dezembro de 2017 pelo Conselho de Administração, onde as empregadas e os empregados têm uma conselheira eleita, e consolidou um duro golpe no Saúde Caixa. Para este problema, é necessária forte mobilização das empregadas, empregados e da conselheira eleita, para que este limitador seja retirado do estatuto da Caixa.

RH 221 - Se a Caixa segue descumprindo o ACT, é hora de judicializar!

Se não bastasse a fragilidade das cláusulas 32 e 33 do ACT em relação ao futuro do Saúde Caixa, é inaceitável assistirmos a Caixa descumprir o Acordo em plena

vigência. O manual normativo RH 221 contraria a cláusula 32 do ACT de maneira sórdida, pois ataca direitos em situações sensíveis da vida das empregadas e dos empregados, como a aposentadoria e os filhos e filhas com deficiência incapacitante, por exemplo.

A Caixa não pode inventar a obrigatoriedade de se ter no mínimo 120 contribuições no Saúde Caixa para que a empregada e o empregado possam manter o plano na aposentadoria. A garantia do Saúde Caixa na aposentadoria está explícita no parágrafo primeiro da cláusula 32.

Não cabe ao banco criar a figura do "casal Caixa" trazendo obstáculos para empregadas e empregados casados entre si em relação à titularidade e dependência no plano, que simplesmente não existem no ACT.

Além disso, manter a filha ou filho maior de 21 anos com deficiência incapacitante plena e permanente para o trabalho como dependente direto é direito garantido no ACT sem nenhuma das restrições que a Caixa impõe no RH 221, bem como os direitos de inclusão de menor curatelado como dependente direto, da filha ou filho maior entre 21 e 24 anos como dependente indireto, também estão sendo ilegalmente restringidos pelo normativo.

A Caixa se finge de desentendida e joga com a representação das empregadas e dos empregados. Finge dialogar com o GT Saúde Caixa, com a CEE Caixa, com o Conselho de Usuários do Saúde Caixa, mas segue descumprindo o ACT no RH 221. Defendemos que as entidades entrem com ação judicial exigindo que a Caixa recue em todas as alterações da norma que estão inconformes com o ACT 2018 - 2020.

O EnFrente avisou!

Desde 2017 o EnFrente vem apontando a tentativa do governo Temer em sufocar o Saúde Caixa, o levando ou à inviabilidade financeira ou ao encolhimento da sua abrangência e piora do serviço. O ataque seguirá a pleno vapor no governo Bolsonaro.

Ainda no governo Temer se construiu uma narrativa que relacionava o custo do Saúde Caixa, especialmente no "pós-emprego", com as dificuldades de capitalização do banco para adequação ao acordo de Basileia III. Um completo absurdo, que pretendia jogar nas costas das empregadas e dos empregados da Caixa as responsabilidades da direção do banco e da União de adequar o capital.

Infelizmente, parte da representação sindical e associativa caiu nessa esparrela. A aprovação do teto do custeio no estatuto sem a mobilização das empregadas e empregados para a resistência passou recibo de que a porteira estava aberta para a retirada dos nossos direitos. Cabe recordar que aquela alteração estatutária foi comemorada pela força hegemônica do movimento como uma vitória, haja vista que não constou a pretendida transformação da Caixa em S/A. Outra esparrela! Não foi

porque “derrotamos” a pretensão do CA, mas sim porque está fora da alçada do mesmo – precisa da autorização legislativa.

A aprovação do teto no estatuto da Caixa resolve não a capitalização do banco, como a direção nomeada pelo governo golpista de Temer alegou na época – resolve a precificação do banco para a abertura de seu capital. Portanto, que todos tenhamos clareza: lutar pela retirada do teto de 6,5% do estatuto é mais do que lutar pelo custeio do Saúde Caixa nos moldes atuais, é parte importante da luta pela Caixa 100% pública.

Entender que os tempos são diferentes – mobilizar desde já para agir

O tempo necessário para mobilizar e acumular força suficiente para reverter este quadro é muito mais longo do que o tempo de uma Campanha Nacional dos Bancários. Ter ignorado isso desde que o teto estatutário foi pautado no CA, negligenciando mobilizar a base desde 2017 para que todos e todas chegassem esclarecidos, conscientizados e prontos e prontas a lutar pelo Saúde Caixa na campanha de 2018, foi um equívoco histórico do movimento dos empregados e empregadas da Caixa. Suas consequências estão em aberto – se o movimento insistir no erro, a chance de reverter o dano pode escapar das nossas mãos.

Este 35º CONECEP precisa deliberar ações imediatas para a organização das empregadas e empregados em torno do Saúde Caixa. Admitir que o retrocesso que está colocado no horizonte é inaceitável, pactuar a unidade entre as forças para a mobilização e luta pela reversão do quadro e aprovar uma agenda nacional de atividades de informação e mobilização da base de agosto/2019 até agosto/2020. Esta agenda precisa coordenar três eixos: derrotar a CGPAR 23, derrotar o teto estatutário e garantir isonomia para as contratadas e contratados após 31/08/2018 – Saúde Caixa para todos!

V. FUNCEF E APOSENTADOS

A Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF é o terceiro maior fundo de pensão do Brasil e celebrará 42 anos, no dia 01.08 de 2019, congregando cerca de 134 mil participantes com um patrimônio ativo total superior a R\$ 65,8 bilhões, segundo dados do balanço de 2018.

A FUNCEF tem como principal desafio a reversão dos equacionamentos vigentes, contudo em 2018, a administração da FUNCEF implementou uma estratégia muito conservadora para o REG/Replan Saldado e Não Saldado reduzindo para 4,50% a taxa de juros da meta atuarial, isso trouxe efeito imediato nos quatro planos em curto prazo, mas certamente poderia ter sido adotada outra opção entre os mais de 20 mil cenários possíveis, que trouxesse impactos a longo prazo e diminuindo os impactos financeiros para os participantes. A FUNCEF administra quatro planos de benefícios a saber:

Plano de Benefícios REG/REPLAN - foi instituído em 01/08/1977 e recebeu adesões até 05.08.1998. O plano tem a característica de benefício definido, sendo o custeio do plano determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção. O plano REG/REPLAN foi saldado em 2006, passando a ter duas modalidades, sendo a modalidade saldada aquela aplicada aos participantes que fizeram a opção pelo saldamento durante as três aberturas do processo (2006, 2008 e 2010) e a modalidade não saldada para aqueles que não fizeram a opção pelo saldamento.

O benefício programado do participante será, para a modalidade saldada, o valor previsto no artigo 85 do regulamento e atualizado pelo índice do plano e, para a modalidade não saldada, será calculado com base na média dos 12 (doze) últimos salários de participação deduzido o valor pago pelo INSS.

Os reajustes do benefício, para a modalidade saldada, serão de acordo com o índice do plano aplicado aos benefícios em janeiro de cada ano e, para a modalidade não saldada, será conforme os acordos coletivos da CAIXA nos mesmos índices e data base aplicados aos empregados em atividade.

Os assistidos vinculados à modalidade saldada não pagam mais contribuições, do valor do benefício saldado é deduzido, para fins de custeio administrativo, 1% (um por cento) referente à taxa administrativa. Para os assistidos vinculados à modalidade não saldada a contribuição será calculada atuarialmente e deduzida do valor recebido de suplementação.

Plano de Benefícios REB - Instituído no ano de 1998, o REB esteve aberto às inscrições de funcionários CAIXA, até o ano de 2006, quando então foi instituído o NOVO PLANO e mantém participantes e assistidos vinculados à Patrocinadora CAIXA, mas não se encontra aberto a novas inscrições desse grupo. A modalidade de Contribuição é Variável, com contribuição definida pelo próprio participante na fase de formação de reservas e garantindo um benefício vitalício na etapa de recebimento, o REB oferece além das aposentadorias programadas - renda vitalícia por tempo de contribuição ou antecipada - a cobertura para os benefícios de risco - invalidez e morte.

O benefício programado do participante será calculado em função do saldo de conta acumulado, em seu nome, até a data de aposentadoria. Esse saldo será composto por contribuições individuais, a depender da escolha do próprio participante pelo percentual de contribuição, de no mínimo 2% (dois por cento), aplicado sobre o salário de participação, bem como das contribuições da Patrocinadora CAIXA ou FUNCEF, deduzidos do custeio dos benefícios de risco e das despesas administrativas, observada a rentabilidade dos ativos garantidores deste Plano. O montante vertido pela Patrocinadora aos participantes do REB fica limitado a 7% (sete por cento) do total da folha de salários de participação dos empregados em atividade.

Plano de Benefícios NOVO PLANO - Instituído no ano de 2006, o NOVO PLANO é o único Plano de Previdência Complementar Fechada aberto às novas inscrições de funcionários e funcionárias CAIXA. A adesão a esse Plano de Benefícios poderá ser feita

a qualquer momento por empregados e empregadas, gerentes, diretores e diretoras, conselheiros e conselheiras, ocupantes de cargos eletivos da patrocinadora e ex-empregados e ex-empregadas que estiverem na condição de autopatrocinados nos Planos REG/REPLAN ou REB. A modalidade de Contribuição é Variável, com contribuição definida pelo próprio participante na fase de formação de reservas e garantindo um benefício vitalício na etapa de recebimento, o NOVO PLANO oferece além das aposentadorias programadas – benefício programado pleno e antecipado – a cobertura para os benefícios de risco - invalidez e morte.

O benefício programado do participante será calculado em função do saldo de conta acumulado, em seu nome, até a data de aposentadoria. Esse saldo será composto por contribuições individuais, a depender da escolha do próprio participante pelo percentual de contribuição, de no mínimo 5% (cinco por cento), aplicado sobre o seu salário de participação, bem como das contribuições da Patrocinadora CAIXA, deduzidos do custeio dos benefícios de risco e das despesas administrativas, observada a rentabilidade dos ativos garantidores deste Plano. O montante vertido pela Patrocinadora aos participantes do NOVO PLANO fica limitado a 12% (doze por cento) do total da folha de salários de participação.

Os Resultados Financeiros

Em 02.04.2019, a FUNCEF divulgou resultado em 2018 com superávit em todos os planos. O resultado de R\$ 1,35 bilhão cortou a menos da metade o déficit ajustado, que precisa ser zerado para possibilitar a redução dos equacionamentos vigentes.

A meta atuarial de 8,09% (INPC + 4,5% pontos percentuais) foi superada e todos os seis grandes segmentos de aplicações financeiras alcançaram o objetivo estabelecido pela Política de Investimentos da FUNCEF.

Equacionamentos Vigentes

O superávit de 2018 diminuiu o déficit ajustado consolidado (deduzido o ajuste de precificação) de R\$ 2,7 bilhões para R\$ 1,23 bilhão, dentro da margem técnica estabelecida pela Resolução nº 30, do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), o que evita a necessidade de um novo plano de equacionamento.

É possível discutir a redução dos prazos dos equacionamentos vigentes ou reduzir a alíquota de desconto dos participantes da FUNCEF por meio de alongamento da dívida, desde que observadas algumas condições específicas, entretanto não foi verificado nenhuma iniciativa da atual gestão do fundo.

Simulação do Observatório do Participante mostra que Novo Plano teria superávit sem reduzir meta se a FUNCEF tivesse aumentado a diversificação de seus investimentos, o Novo Plano, por exemplo, teria alcançado resultados positivos sem necessidade de reduzir a meta atuarial de forma tão agressiva. Isso quer dizer que seria possível reduzir o déficit preservando os benefícios dos participantes.

O estudo levou em conta a rentabilidade acumulada entre 2013 e 2018 e demonstrou, hipoteticamente, que para cada 4,5% de recursos realocados pelos gestores da FUNCEF de renda fixa para renda variável, durante esse período, a rentabilidade no Novo Plano, por exemplo, aumentaria em 1%.

Esse resultado adicional equivale à diferença entre a meta atuarial estabelecida até 2016 (5,5%) e a nova meta (4,5%). Desse modo, somente com a diversificação dos investimentos, prática saudável do ponto de vista financeiro, a FUNCEF teria obtido resultados suficientemente mais expressivos a ponto de não precisar adotar uma revisão tão agressiva da meta atuarial.

A escolha de reduzir a meta atuarial de forma tão agressiva foi justificada pela diretoria da FUNCEF como o artifício para estancar o déficit, e o preço dessa medida conservadora foi a injeção de R\$ 6.5 bi da reserva do Reg/Replan, aumentando assim o déficit acumulado - o tamanho do buraco aumentou.

Todos os participantes foram prejudicados com a queda abrupta da meta. O Saldado sente na pele as cifras do montante a equacionar aumentar, e os participantes do REB e do Novo Plano tiveram a projeção de seus benefícios reduzida em 10%, segundo a própria FUNCEF.

Entre 2016 e 2018, no Novo Plano, a rentabilidade acumulada na carteira de renda fixa foi de 35,9%, enquanto a valorização dos ativos de renda variável foi de 58,1%. A fundação poderia ter escolhido tomar uma medida menos cômoda para a diretoria, diversificando os investimentos em renda variável e atingindo o superávit sem gerar mais déficit.

CONTENCIOSO: essa dívida é da Caixa.

As entidades devem mobilizar os trabalhadores e trabalhadoras e pressionar a Caixa para que pague a dívida bilionária do contencioso pois o maior fator de déficit da FUNCEF, o passivo trabalhista gerado pela Caixa, conhecido como contencioso, já representa um prejuízo de R\$ 2,4 bilhões, a ser pago pelos participantes por meio das contribuições extraordinárias do equacionamento.

O maior impacto do contencioso se dá no REG/Replan. O passivo gerado pela Caixa representa 1/4 do déficit a equacionar referente a 2015 na modalidade Saldada. No Não Saldado, 42% da conta dividida com os participantes derivam do contencioso.

Investimentos e a Criminalização

Entidades representativas dos participantes dos fundos de pensão participaram, 12.06.2019, de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal para debater irregularidades nos fundos de pensão de empresas estatais, bem como a transparência e a efetividade na sua gestão.

Tipos de Investimentos, obtenção de resultados e o crescente movimento de criminalização nos fundos foram pontos de debate na audiência.

O debate sobre criminalizar os fundos de pensão é antigo, começaram nos anos 90 para atacar os planos de modalidade de Benefício Definido e assim criar os de Contribuição Variável com a desculpa de equacionar déficits. Agora atacam e criminalizar a gestão próprias dos fundos claramente com o objetivo de transferir a administração dos recursos para banqueiros.

Não estamos falando de pouca coisa pois o sistema de previdência complementar fechada administra 3 milhões e 800 mil participantes, divididos entre contribuição definida e contribuição variável.

É evidente que investimentos estruturados oscilam de acordo com as condições do "mercado" porque depende de investimentos na economia real. Agora esses chamados FIP's são apontados como causadores de déficit, mas mesmo se todos os FIP's dessem errado, ainda assim não justificariam o déficit porque há outras causas que não dependem só do investimento.

As entidades representativas devem permanecer mais atentas e vigilantes, para não permitir que o mercado financeiro entre no domínio do sistema de previdência complementar fechada e precarize ainda mais a situação do participante.

CGPAR 25

A Resolução CGPAR 25, publicada em 06.12.2018, se constitui numa grave ameaça a todo o sistema de previdência complementar fechada. Atingindo os planos de benefícios de previdência complementar patrocinados pelas empresas estatais federais, se não for derrotada, além das consequências a esses participantes, gera a tendência de ser replicada para todo o sistema de previdência complementar fechada.

Tão inconstitucional quanto a Resolução CGPAR 23, afronta, além da Constituição, também as leis complementares 108 e 109/2001, que estabelecem que a administração e execução dos planos de benefícios competem às entidades fechadas de previdência complementar.

Dentre diversos ataques aos direitos dos participantes previstos na resolução, o mais grave é dar à patrocinadora a possibilidade de, unilateralmente, promover a transferência de gerenciamento dos planos a terceiros, em prejuízo dos participantes. Para tanto, a resolução cria a obrigatoriedade às patrocinadoras de promover, a cada dois anos, avaliação da economicidade de manutenção do patrocínio dos planos que administram. Se a patrocinadora verificar a não economicidade de manutenção da administração do plano, poderá transferir o seu gerenciamento para o "mercado".

A gravidade deste dispositivo fica ainda mais evidente quando se verifica que não há previsão de qualquer critério técnico para a avaliação de economicidade, sendo a patrocinadora a única detentora desse processo. E mais, a resolução CGPAR 25 joga

todo o risco do sistema de previdência complementar exclusivamente sobre os ombros dos participantes.

Assim como no combate à Resolução CGPAR 23, a luta contra a CGPAR 25 também exige articulação com as demais categorias atingidas e forte trabalho de informação e mobilização dos participantes da FUNCEF e demais entidades.

Ações e iniciativas sindicais necessárias

- Intensificar a luta contra a Reforma da Previdência, que elimina direitos e fragiliza os mecanismos de proteção social aos trabalhadores;
- Lutar pela democratização dos fundos de pensão e pela paridade em todas as instâncias de decisão, sem o voto de qualidade;
- Estabelecer uma ampla campanha de comunicação com a sociedade e com as autoridades sobre a importância dessa poupança de longo prazo para o desenvolvimento do país;
- Atuar para que os participantes compreendam a lógica do sistema de capitalização dos seus benefícios;
- Atuar para que os Sindicatos incluam os temas da previdência social e complementar nas suas pautas de Negociação Coletiva.
- Formalizar cobrança, por meio das entidades representativas, de explicações dos diretores eleitos acerca da redução da meta atuarial em detrimento de maior diversificação da carteira de investimentos, à luz dos resultados;
- Construir, junto a parlamentares, alternativa legislativa para derrotar a inconstitucional Resolução CGPAR 25, à exemplo do PDC956/2018 da deputada federal Erika Kokay (PT/DF), que pretende sustar a Resolução CGPAR 23.

Aposentad@s em crise

Os empregados e empregadas da Caixa estão altamente endividados e apenas uma minoria considera conseguir guardar algum dinheiro para possíveis eventualidades. A situação dos aposentados e aposentadas é o quadro mais grave, sendo que mais da metade declaram ter um nível alto de endividamento e são arrimos de família, ajudando diretamente filhos, pais e irmãos, situação que deve perdurar por um certo prazo, pois a recessão econômica persiste e o número de desempregados atinge 13,4 milhões.

O cenário é preocupante e conduz um grande grupo que recebe benefícios para uma precariedade na qualidade de vida. Muitas dessas pessoas ainda dividem seus recursos entre o pagamento de dívidas, moradia, alimentação, remédios, gastos com dependentes e todo o resto.

Os empréstimos consignados são os principais comprometimentos financeiros dos entrevistados, sendo que 50% revelaram dever linhas de créditos que são descontadas diretamente da aposentadoria. Além disso também comprometem cerca de 20% da remuneração com o pagamento dos equacionamentos da FUNCEF, que foram irresponsavelmente calculados de forma antecipada.

Neste cenário percebemos um número expressivo de pessoas com necessidade de retornar ao mercado de trabalho, sendo a maioria por necessidade de cobrir suas contas.

O plano de equacionamento merece uma atenção especial, essa contribuição que é descontada do pagamento dos participantes, representa um grande peso no fim do mês, em média cerca R\$ 1.500 (um mil e quinhentos) por mês.

Preocupações com problemas financeiros podem causar estresse, preocupação e ansiedade, ou seja, motivos para desencadear ou piorar o nível de adoecimento dos trabalhadores.

Diante da alarmante situação dos trabalhadores medidas cabíveis e urgentes devem ser tomadas no sentido de acelerar o processo de revisão dos planos de equacionamento e aliviar o orçamento dos aposentados.

VI. SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Entre os dias 2 e 30 de maio de 2018, a FENAE, com o objetivo de mapear percepções sobre o estado de saúde física e mental do trabalhador ativo da Caixa e os impactos da atividade no dia a dia dos profissionais, realizou 2.000 entrevistas com empregados e empregadas da Caixa, em amostra aleatória, com controle de cotas por Unidade da Federação e margem de erro de 2pp.

O perfil dos entrevistados e entrevistadas por função foi de 12,1% de caixa, 19,9% com funções técnicas, 31,5% de escriturário e a maioria 36,5%, com função gerencial; sendo 66,8% vinculados à agências e 33,2% com vínculos em área meio/departamento.

Dos entrevistados e entrevistadas, 88,6% apresentaram satisfação em trabalhar na Caixa (notas de 7 a 10) e 75,3% boa percepção de satisfação com o trabalho dos colegas. Por outro lado, ao considerar o ponto positivo de trabalhar na Caixa, a identidade com missão social da Caixa atingiu o percentual de 8,4%, reconhecimento pela sociedade 2,8% e contribuir para o desenvolvimento do país 2,2%. A estabilidade é o principal ponto positivo escolhido com 46%.

Os pontos negativos que foram mais apontados e influenciam diretamente na percepção das condições de trabalho foram: falta de funcionários 16,3%, cobranças/pressão para atingir metas 16,0% e sistema defasado/falhas tecnológicas com 13% dos apontamentos. Em seguida na casa dos 9% das escolhas ficaram influência política e sobrecarga de trabalho.

Para cerca de 27,1%, que escolheram notas de 7-10, o trabalho interfere muito negativamente em sua vida pessoal/familiar/social, contra 36,7 que consideram interferir pouco (0-3).

A pesquisa revelou que 1 a cada 3 empregados e empregadas considera ter apresentado algum problema de saúde em decorrência do trabalho. O estresse e problemas na coluna são mais frequentemente apontados como causa do adoecimento. Sendo que metade declarou ter tomado remédio e desses 28,3% indicaram uso de antidepressivos. Em 4,4% dos casos houve emissão de Comunicado de Acidente de Trabalho – CAT.

O adoecimento mental com afastamento por licença médica atingiu 7,8% dos entrevistados com 125 dias em média de tempo. Desse universo apenas 13,6% tiveram emissão de CAT.

Quase 60% da amostra disseram estar sobrecarregados em seu trabalho. Apesar de 86% avaliarem positivamente a relação com seus chefes imediatos há uma grande ocorrência de relatos de “encheu você de trabalho” e “fez pressão excessiva pelo cumprimento de metas”. Assim, foi verificado que 53,6% dos pesquisados e pesquisadas sofreram pelo menos um tipo de assédio moral e desses, 81,3% avaliam que situações de assédio moral também ocorreram com seus colegas de banco.

Os sindicatos e associações não são percebidos como atores que canalizem denúncias de assédio moral. Família, colegas de trabalho e amigos são os atores que recebem os relatos prioritariamente, mais de 40% das vezes. Médicos atingiram o percentual de 17,6% enquanto entidades sindicais são acionadas em apenas 6,5% dos casos e apenas 2,9% resolvem formalizar a denúncia com o sindicato, número inferior ao acionamento dentro da própria Caixa, que ocorreu em 3,1% dos casos.

Política de Gestão de Desempenho – GDP

Mais de 90% dos entrevistados e entrevistadas disseram conhecer a nova GDP, mas em torno de 40% que se consideram informados. O ponto se tornou controverso na pesquisa pois enquanto 29% sentiram prejuízos, 41% viram benefícios e 30% nem uma coisa nem outra. Cabe uma missão de divulgar e discutir a cada semestre que passa, porque os relatos de uso inadequado dessa ferramenta são muito contundentes.

Tão polêmica quanto a visão sobre a política de GDP está a visão sobre o funcionamento do plano individual de metas, dividindo as respostas dos entrevistados e entrevistadas entre “desafiadora e estimulante” e “abusiva e prejudicial ao desempenho”, com isso a percepção de que o ambiente de trabalho piorou com o plano de metas é significativamente maior que a percepção de melhora.

As conclusões de diversas lideranças sindicais vão no sentido de que o método de avaliação de desempenho imposto pela Caixa desestimula o trabalho em equipe, piora o ambiente de trabalho e promove assédio moral.

São inadmissíveis a assinatura de acordo individual entre o bancário e a bancária e a empresa, e a classificação do desempenho do empregado e empregada com rótulos como "incipiente", "emergente" (quatro níveis), "eficaz", "superior em estilo", "superior em resultado" ou "excepcional", conforme o cumprimento das metas.

Ainda pode se afirmar que implantação desse plano afrontou os princípios coletivos da relação de trabalho e tornou os ambientes de trabalho mais hostis pois é adotado como um mecanismo que compara as pessoas de forma inadequada e individualiza um trabalho que é coletivo.

Em última análise, não há que se falar em meritocracia quando se impõe um acordo de produção a cada empregado e empregada que estigmatiza e rotula, afetando diretamente sua autoestima e sua saúde.